



#ANAGOMES2021

Portugal
é connosco!

Numa eleição para a Presidência da República as pessoas querem em geral saber quem vai ser o presidente — ou a presidente. E essa é, naturalmente, uma pergunta importante. Mas há perguntas ainda mais importantes: como vai ser a República? Que República somos, ou seremos, no século XXI? E que é isso de se ser uma república?

Ser uma república não é apenas não ser uma monarquia. É muito mais do que isso — é uma forma de entender e cuidar da coisa pública. Há aspetos daquilo que é uma república que atravessam os tempos. E há outros que têm de se atualizar, à medida que os tempos mudam e nós mesmos mudamos.

Neste novo século há novos problemas para os quais precisamos de novas soluções. E temos de saber preparar-nos para esses novos desafios. Com coragem no presente, com confiança no futuro e com coerência em relação ao regime democrático que estabelecemos no passado.

Um dos maiores filósofos do republicanismo, o irlandês Philip Pettit, diz que a república é o regime que tem de responder a três testes — tão significativos, quanto emocionantes, porque todos eles se referem a sentidos e afetos que fazem parte da nossa humanidade comum.

O primeiro teste é o teste do olhar. O ideal republicano é o de uma sociedade em que ninguém tem de baixar o olhar perante ninguém. Nem olhar de baixo ou de cima para alguém, como faziam noutros tempos servos e senhores. E hoje? Podemos garantir que todos os cidadãos e cidadãs podem sempre olhar de frente o patrão, a autoridade, ou até o cônjuge, numa situação de tensão, de conflito? Podemos garantir que todos os nossos concidadãos podem olhar de frente para o futuro, sem medo?

Uma candidatura presidencial deve estabelecer um compromisso com esse ideal republicano. Sermos uma República significa que, num sentido fundamental, ninguém é mais, nem menos, do que alguém. Temos, todos e todas, igual dignidade e devemos, todos e todas, poder olhar com a mesma confiança para o futuro. Uma República do século XXI tem de lutar por garantir a atualização constante deste princípio.

O segundo teste é o teste da voz. Temos voz ativa para participar nas decisões que afetam a nossa comunidade, o nosso presente e o nosso futuro? A voz de cada um e de cada uma de nós é ouvida? Se tivermos voz, e ela for ouvida, podemos garantir que a voz de cada cidadão, a voz de cada cidadã, pode contribuir para mudar as coisas? Não há república se não for possível dizer que a voz de todos conta. E hoje, é preciso admiti-lo, há muitas pessoas que não se sentem representadas e que se sentem afastadas do debate sobre a governação a nível local, regional e nacional e, ainda mais, a nível europeu e global. E há muitas vozes que se sentem inaudíveis.

Uma presidência no século XXI tem de garantir que a República é um espaço onde cada voz tem direito a ser escutada, com equilíbrio, com respeito, e com capacidade para participar nas escolhas que contam para o nosso presente e para o nosso futuro.

O terceiro teste é o desafio da comunidade. Pode uma república ser digna do seu nome se não tiver a capacidade de valer aos seus cidadãos e cidadãs, proteger os mais fragilizados e vulneráveis, apoiar os que passam por dificuldades, proteger o planeta que é a casa de todos, estar lá para ajudar os mais jovens a ter futuro e garantir que os mais velhos têm a dignidade e a qualidade de vida que merecem?

E hoje, num momento em que nascem novas exclusões e se aprofundam novas e velhas desigualdades, num tempo de tantas mudanças à escala global, no momento em que vivemos uma crise ecológica sem precedentes com a ameaça das alterações climáticas, estaremos a preparar o nosso país para os desafios à coesão e progresso da nossa comunidade? Só um Portugal que tenha uma estratégia de futuro comum pode responder «sim» a este teste decisivo.

São estes testes que norteiam, desde sempre, o ideal republicano. E que norteiam os compromissos que assumo ao apresentar a minha — que é a nossa — candidatura à Presidência da República.

Quero — queremos — um Portugal de gente sem medo de olhar o futuro, gente com voz ativa na vida do seu país, uma comunidade de todos e para todos e, a partir do nosso território, na Europa e no mundo.

Como pode a Presidência da República fazer a diferença pelo país, neste momento?

Há que admitir: não vivemos tempos fáceis. A pandemia veio acrescentar-se às incertezas que já se acumulavam, sobre uma economia que não parece crescer e dar futuro, sobre um planeta gravemente ameaçado, sobre uma Europa que não encontra o seu caminho num contexto internacional instável e desregulado. É neste quadro em que, mais do que nunca, precisamos de instituições e políticas que deem respostas e que inspirem confiança, esperança e ânimo aos portugueses.

Estas eleições presidenciais podem ajudar a encontrar respostas. Responder implica sempre fazer escolhas.

Chegou a hora de fazermos um grande debate nacional a partir das nossas preocupações, das nossas inquietudes, dos nossos objetivos. E de escolhermos: quem elegermos para a Presidência pode fazer a diferença para sermos a República que desejamos e de que precisamos.

Quando se fala da Presidência da República, costuma lembrar-se que lhe cabe, segundo a Constituição, assegurar «o regular funcionamento das instituições democráticas», esquecendo-se muitas vezes que a palavra-chave aqui não é apenas «regular» mas também e sobretudo «funcionamento». Quando as instituições democráticas não funcionam, na saúde como na educação, na justiça como na segurança, estão a falhar às suas obrigações constitucionais perante os portugueses. É essa disfunção que compete à Presidência da República evitar.

E assim eu venho enunciar os compromissos que assumo, desde já, para com Portugal e com os portugueses e com as portuguesas, como Presidente da República:

1. PORTUGAL, PAÍS SAUDÁVEL (p. 5)
2. PORTUGAL, PAÍS DO CONHECIMENTO E DA APRENDIZAGEM (p. 5)
3. PORTUGAL, PAÍS DE PROSPERIDADE INCLUSIVA (p. 6)
4. PORTUGAL, PAÍS INOVADOR E DIGITAL (p. 7)
5. PORTUGAL, PAÍS DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA (p. 8)
6. PORTUGAL, PAÍS SUSTENTÁVEL (p. 8)
7. PORTUGAL, PAÍS VERDE (p. 9)
8. PORTUGAL, PAÍS QUE É CASA (p. 10)
9. PORTUGAL, PAÍS DE TODAS E DE TODOS (p. 11)
10. PORTUGAL, PAÍS TRANSPARENTE E JUSTO (p. 12)
11. PORTUGAL, PAÍS SEGURO (p. 14)
12. PORTUGAL, PAÍS DA DESCENTRALIZAÇÃO E DA REGIONALIZAÇÃO (p. 15)
13. PORTUGAL, PAÍS QUE COMBATE A POBREZA (p. 16)
14. PORTUGAL, PAÍS PARA JOVENS (p. 17)
15. PORTUGAL, PAÍS PARA VELHOS (p. 17)
16. PORTUGAL, PAÍS SOCIALMENTE JUSTO (p. 18)
17. PORTUGAL, PAÍS DE ARTE E CULTURA (p. 18)
18. PORTUGAL, PAÍS EUROPEU E GLOBAL (p. 19)
19. PORTUGAL, PAÍS CIDADÃO DO MUNDO (p. 20)
20. PORTUGAL, PAÍS DEMOCRÁTICO E DE ESTADO DE DIREITO (p. 21)
21. PORTUGAL, PAÍS QUE ESCOLHE O SEU FUTURO (p. 21)

1. PORTUGAL, PAÍS SAUDÁVEL

Quando vemos o impacto da pandemia, não podemos deixar de nos perguntar: foi tudo feito para reforçar o nosso **Serviço Nacional de Saúde**? Sabemos que o SNS não tem recebido os recursos e a atenção que merece nas últimas décadas. Foi por conformismo, por ineficiência, ou por falta de fazer a pergunta certa: porque é que não devemos ambicionar que o público seja sempre o eixo central e o melhor?

O financiamento público para a saúde não pode continuar a ser desviado para os privados—mais de quarenta por cento só no Orçamento Geral do Estado de 2019. A Lei de Bases da Saúde é para aplicar sem demora, tendo por objetivo reforçar a centralidade do SNS, deixando que os privados atuem em complementaridade e ao serviço do SNS quando for necessário.

Essa ambição tem de estar na Presidência da República e tem de ser transmitida de forma consistente ao Governo, às autoridades regionais e europeias, e aos outros órgãos de soberania. O Serviço Nacional de Saúde foi uma das principais conquistas do nosso regime democrático. Quem elegemos Presidente da República tem de ter a sua constante preservação e melhoramento como uma exigência de Estado.

O nosso SNS tem de investir na extensão da Rede de Cuidados Primários, para que cada pessoa tenha um médico de família e na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, de lares e residências assistidas, para que as pessoas dependentes tenham acesso ao melhor acompanhamento, em articulação com o reforço da rede hospitalar. É necessária uma articulação profunda entre o SNS e a rede de lares e residências assistidas, que permita uma assistência e qualidade de vida dignas a todas as pessoas. Isso implica reestruturar carreiras, de modo a reter os profissionais mais qualificados e não continuar a deixar que eles sejam empurrados para os privados ou a emigração. A crise pandémica deixou também marcas na saúde mental dos portugueses e mostrou a urgência de desenvolvermos o Programa Nacional para a Saúde Mental, designadamente ao nível de recursos humanos e de acesso a cuidados de saúde mental de elevada qualidade, em todo o território, sem esquecer que a saúde mental depende em grande parte das condições de vida do nascimento até à morte, pelo que passa por políticas sociais e laborais que promovam o acesso a um rendimento adequado e a habitação e territórios que garantam a qualidade de vida.

Finalmente, uma política de saúde não pode apenas olhar para o presente, tem que planear o futuro e reconhecer a importância da prevenção da doença, particularmente pela promoção de hábitos e estilos de vida saudáveis. É necessário elevar os níveis de atividade física e desportiva da população, em todos os estratos etários—designadamente através da articulação entre o sistema educativo, os equipamentos sociais e o movimento desportivo. A generalização de oportunidades de prática desportiva em condições de igualdade, garantindo a acessibilidade a espaços desportivos para todos os cidadãos, é um veículo para um país mais saudável, coeso e inclusivo. É também fundamental promover os hábitos de vida saudáveis, que combatam a prevalência de doenças crónicas não transmissíveis (alimentação saudável e combate ao consumo de substâncias aditivas) ao longo da vida, não apenas através da educação e de condições materiais, mas também através de políticas regulatórias e fiscais que limitem as práticas comerciais perigosas para a saúde dos cidadãos e de políticas que garantam a possibilidade a todas e a todos de um envelhecimento ativo e participativo.

COMPROMISSO

Como Presidente da República, zelarei para que o SNS retenha a sua centralidade e financiamento adequado em Portugal. Trabalharei para que seja assegurada uma melhor articulação da rede hospitalar com a rede dos cuidados primários e a rede nacional de cuidados continuados integrados. E zelarei por que as carreiras e condições remuneratórias de todos os profissionais de saúde sejam reestruturadas, de forma a que não continuem a ser empurrados para os serviços privados ou a emigração. Procurarei garantir o direito constitucional de igualdade no acesso à saúde para todos e para todas. Como Comandante Supremo das Forças Armadas, garantirei que estas serão cedo mobilizadas em caso de emergências de saúde, como a que hoje vivemos.

2. PORTUGAL, PAÍS DO CONHECIMENTO E DA APRENDIZAGEM

Um outro elemento essencial de uma República do século XXI é a promoção de uma **Educação de qualidade**. Quando pensamos em todos os jovens que tiveram o seu ano escolar perturbado, nas graves desigualdades que essas perturbações causaram,

não podemos deixar de nos perguntar: irá o Estado falhar — estará já o Estado a falhar — a estas crianças e jovens?

Como Presidente da República só poderei ter como compromisso garantir, em cooperação com as outras instituições, que tudo será feito para que não se falhe a estes jovens, bem como às suas famílias. A pandemia veio agravar dramaticamente as desigualdades, a injustiça social e a pobreza. A falta de acesso ao ensino de qualidade e a tecnologias digitais tornou as consequências das desigualdades e da crescente pobreza particularmente sentidas e duradouras. Simultaneamente, a instabilidade, a desvalorização e o desprestígio das carreiras docentes têm consequências dramáticas para a capacidade de modernizarmos este mesmo ensino. Urge por isso atrair os mais jovens para as carreiras docentes e afastarmo-nos de um modelo de escola em que apenas 0,6% dos docentes têm menos de 30 anos. Da mesma forma, urge acabar com a precariedade a que estão sujeitos bolseiros e investigadores nos nossos estabelecimentos de ensino superior. Importa valorizar como universitário o ensino politécnico superior e não deixar que a autonomia das universidades seja pervertida por esquemas de subcontratação incompatíveis com a estabilidade, dignidade e capacidade de docentes e investigadores, frustrando na prática o discurso oficial sobre educação, inovação e qualificação, incluindo a promoção de novos Modelos de Inovação Educacional, como fator para uma Educação de Qualidade. É inadiável a concretização de respostas públicas que garantam a universalização da rede de ensino pré-escolar, assegurando em todo o território o acesso à escolaridade para todas as crianças desde os 3 anos de idade, bem como a criação de uma rede de educação para adultos.

O teste da nossa República em relação ao seu futuro irá sendo feito ao longo dos anos, quando todos os nossos jovens chegarem ao ensino superior ou ao mercado de trabalho, quando esta pandemia já estiver ultrapassada e porventura esquecida. É preciso ter em Belém quem não se esqueça.

COMPROMISSO

Como Presidente da República garantirei que a Educação pública não dispensa a dignificação e reestruturação das carreiras docentes e dos profissionais do sector. Exercerei o poder ao meu alcance para que o Estado assegure respostas para a infância desde o berço, com uma escola

pública a todos os níveis, que se valha dos métodos e processos que as novas tecnologias facultam, educando também para a cidadania. Tudo farei para que o ensino superior valorize devidamente o ensino politécnico, como universitário, assegurando o seu impacto transformativo na realidade económica e social e na coesão nacional e territorial.

3. PORTUGAL, PAÍS DE PROSPERIDADE INCLUSIVA

Como pode a nossa economia ser sustentável, se assenta **na precariedade e em baixos salários**? Ou se apesar do caminho que temos feito em matéria de inclusão, persiste ainda um fosso entre as desigualdades sociais e regionais no nosso país? A quantidade de pessoas sem vínculo de trabalho efetivo ou com um vínculo muito precário é perigosamente elevada, situação que a crise pandémica veio agravar. É necessário que se garanta uma maior regulação das relações de trabalho — incluindo em novos setores — e que se combata a farsa dos «empresários em nome próprio» que, na verdade, são empregados daqueles a quem prestam serviço. A pandemia tornou também urgente a regulamentação e fiscalização do teletrabalho, para que não se torne um fator de aprofundamento das desigualdades entre homens e mulheres e para que sejam salvaguardados os direitos dos trabalhadores — incluindo o direito a desligar e à privacidade e a necessidade de garantir que todas e todos têm acesso às mesmas ferramentas de trabalho.

Só revalorizando o fator trabalho e protegendo os seus direitos será possível garantir a estabilidade e a confiança que hoje falta a muitos cidadãos e cidadãs, sobretudo jovens, e que os obriga a adiar continuamente os seus projetos de vida.

A regulação do trabalho deve passar também por maior equilíbrio entre micro, pequenas, médias e grandes empresas. Grande parte do emprego em Portugal é assegurado por micro e pequenas empresas, cuja estabilidade deve ser fomentada e que devem ser protegidas contra a concorrência desleal, incluindo o «dumping» fiscal. A deslocalização de empresas para fora de Portugal para obtenção de benefícios fiscais e o esmagamento de preços realizado por grandes grupos económicos prejudicam o país e todo o tecido de fornecedores e de pequenas empresas. A responsabilidade social das empresas e empregadores tem que ser efetiva e não despudorada retórica de promoção comercial — em particular em tempos

de pandemia, a coberto dos quais se tem levado a cabo operações de despedimentos selvagens, como foi recentemente o caso na GALP de Matosinhos.

O fomento no consumo dos produtos e serviços locais deve ser feito incorporando a pegada ecológica e humana da produção e transporte daquilo que é produzido em locais longínquos. Só assim é possível garantir a estabilidade necessária para que o tecido empresarial português se organize e seja mais bem gerido, aliando-se assim ao combate às alterações climáticas por via das cadeias curtas de produção.

Não se trata apenas de questões políticas ou de decisões económicas. Nem tão pouco se trata de questões que cabem apenas ao Governo resolver. A precariedade e os baixos salários traduzem uma recorrente violação de direitos fundamentais protegidos pela nossa Constituição. A defesa e respeito por estes direitos encontra-se também prevista em múltiplos compromissos europeus e internacionais subscritos pelo Estado Português. Se lá fora, junto dos nossos parceiros, nos posicionamos como defensores das liberdades democráticas, não podemos depois esquecer esses compromissos cá dentro— não só aqueles da proteção dos direitos cívicos e políticos, liberdades e garantias, mas também os da realização progressiva dos direitos económicos, sociais e culturais.

COMPROMISSO

Como Presidente da República, receberei e ouvirei os parceiros sociais: organizações sindicais, associações patronais e ordens profissionais, entre outros. A prioridade tem de ser criarmos emprego de qualidade com salários decentes e livre do flagelo da precariedade. Incitarei à concertação social e ao reforço e extensão dos mecanismos da contratação coletiva. Não ignorarei violações grosseiras de direitos fundamentais e tudo farei para que o Estado zele pela proteção e reparação dos direitos dos trabalhadores, incluindo imigrantes. Incitarei ao exercício da responsabilidade social por parte de empresas e empresários e incentivarei a intervenção das autoridades fiscais, judiciais e outras para combater práticas de concorrência desleal entre empresas, incluindo esquemas de «dumping fiscal». E zelarei pela promoção de um crescimento económico sustentável e ambientalmente responsável.

4. PORTUGAL, PAÍS INOVADOR E DIGITAL

Também ao nível da regulação digital e da regulação fiscal há oportunidades que não podemos perder, uma vez que são matérias em que apenas um pacto internacional alargado pode ter resultados duradouros e eficazes.

Não devemos ignorar que o mundo atual, além de global, **é um mundo cada vez mais digital**. A República do século XXI deve ser por isso uma república baseada na inovação, com serviços públicos cada vez mais desmaterializados, em que as cidadãs e os cidadãos contactam com o poder público de uma maneira fácil, direta e digital e também inclusiva.

Esta digitalização global, no entanto, acarreta inúmeros desafios aos quais devemos responder. É imperioso reformularmos as regras fiscais relativas aos gigantes tecnológicos e investirmos num verdadeiro imposto digital europeu. A República do século XXI deve por isso abandonar o princípio fiscal da territorialidade, pelo qual um serviço é taxado onde tem a sua residência, e exigir no quadro da União Europeia políticas fiscais que taxem as grandes empresas tecnológicas onde elas efetivamente prestam os seus serviços e onde obtêm lucros. Da mesma forma, a República do século XXI deve garantir que a digitalização da sociedade não se traduza numa deterioração da nossa democracia. É crucial investirmos em estratégias sérias de cibersegurança cívica e literacia digital. O combate pela verdade e os factos contra a desinformação digital é uma batalha que devemos travar imediatamente. É essencial dotar as gerações mais novas das ferramentas que lhes permitam identificar conteúdos enganadores e falsos e, simultaneamente, apoiar programas de aprendizagem e formação digital ao longo da vida que garantam o acesso e a inclusão digital de todos. Uma digitalização da sociedade terá necessariamente de passar por uma aprendizagem de uma nova forma de dialogar. O processo de digitalização não pode ignorar também os diferentes níveis de literacia tecnológica ou as assimetrias regionais e sociais que persistem, devendo ser garantido a todas as pessoas o acesso à informação e a soluções adequadas às suas necessidades.

COMPROMISSO

Como Presidente da República, defenderei uma política de digitalização inclusiva que não deixe ninguém para trás. Pedirei atenção e vigilância face ao crescente poder das empresas digitais e à sua influência na nossa democracia, procurando

responsabilizá-las social e fiscalmente, salvaguardando o direito constitucional à informação de forma regulada. Nas responsabilidades como Comandante Supremo das Forças Armadas, empenhar-me-ei no reforço de meios para a ciberdefesa e a cibersegurança e para o combate às ameaças digitais à integridade da nossa República. Promoverei a implementação de políticas de literacia digital, incentivando entidades públicas e privadas a colaborarem no acesso à informação por parte de todas as cidadãs e cidadãos e na defesa da verdade contra a desinformação.

5. PORTUGAL, PAÍS DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A República do século XXI será, imprescindivelmente, uma República que aposta no conhecimento científico. A resposta à crise pandémica revelou como a Ciência e Inovação Científica são os alicerces das melhores decisões. Nunca como hoje as cidadãs e os cidadãos puderam testemunhar em tempo real o impacto da investigação científica nas suas vidas. Enormes adaptações e alterações foram introduzidas num curto espaço de tempo quer na produção de conhecimento, diagnósticos e equipamentos, quer na mobilização de recursos humanos altamente capacitados. O papel dos cientistas e das decisões baseadas na ciência, na evidência e na ética, tornou-se fundamental no nosso quotidiano e deve servir de motor à recuperação económica de Portugal e da Europa.

Para que Portugal se torne verdadeiramente competitivo num contexto europeu e mundial, é essencial—como tem sido amplamente defendido pela comunidade científica e proposto em inúmeros documentos públicos, por exemplo nos recentes Portugal 2030 e PRECI2020-2030—um Pacto de Regime para a Ciência, que a liberte de visões de curto prazo e de ciclos legislativos e permita enfrentar desafios estruturais, concretizando a promessa de um investimento substancial, regular e previsível. É necessário um compromisso com um financiamento plurianual, regular, transparente e desburocratizado e que tenha como horizonte 3% do PIB. Este valor, definido em vários compromissos europeus, designadamente a Estratégia de Lisboa, representa o patamar necessário para a criação de alicerces fortes em investigação, aos quais se poderão acrescentar visões estratégicas e fundos estruturais de apoio ao desenvolvimento regional, em áreas fundamentais como a descarbonização, a energia renovável e eficiente,

as novas tecnologias e a redução das desigualdades sociais e territoriais.

Esta mesma visão pode e deve ser aplicada aos serviços que serão apoiados na recuperação económica. A ciência e tecnologia é uma área em que Portugal se deve destacar, tendo já recursos humanos formados ao mais alto nível, que têm sido sistematicamente forçados a emigrar. A investigação em sustentabilidade energética pode ajudar a libertar o país de uma situação de dependência de recursos, para uma situação de liderança. Paralelamente, a investigação em saúde e envelhecimento, quer em termos médicos quer na sua ligação à Inteligência Artificial, é das mais sensíveis em termos éticos e onde se espera mais crescimento nos próximos anos. É imperativo aproveitar este momento para transformar a nossa economia através da ciência e da tecnologia.

COMPROMISSO

Como Presidente da República, comprometo-me a incentivar o desenvolvimento do nosso tecido científico e tecnológico, defendendo a tomada de decisões de políticas públicas com base na Ciência. Procurarei sensibilizar os atores públicos e privados para a importância do investimento na investigação científica, designadamente em áreas cruciais como a transição digital, a resposta às alterações climáticas e modelos alternativos à utilização de animais. E empenhar-me-ei sempre pela valorização dos nossos cientistas, exigindo a despreciação das suas condições de trabalho.

6. PORTUGAL, PAÍS SUSTENTÁVEL

Precisamos de uma nova forma de ver o mundo, e de agir nele, em que o **respeito pelos ecossistemas, o respeito pela biodiversidade, o respeito pela natureza e a economia circular determinem qualquer política pública**. É preciso, para isso, repensar o sistema económico vigente. O modelo atual tem levado à depredação dos bens naturais, exaltando um consumismo desenfreado e ilimitado, responsável pelo declínio vertiginoso das espécies e a perda de habitats, bem como, por muita da precariedade que hoje se vive, não só na sustentabilidade do planeta, como até das próprias condições de trabalho nas nossas sociedades. Urgem mudanças estratégicas no tecido económico, com investimento nas indústrias e serviços ligados à transformação energética e digital, para que seja possível criar emprego decente

e de futuro para jovens qualificados, bem como produtos de valor acrescentado e tecnologias para exportar e ao mesmo tempo respeitar o Planeta. Esta agenda de desenvolvimento estratégico do país implica colocarmos a nossa **economia** (agricultura, pescas, indústria, transportes e outros serviços) a **contrariar o impacto das alterações climáticas e a preservar os ecossistemas**. Tal passa por investirmos na transição energética, nas energias limpas e renováveis, adotando uma nova forma de produção que não seja tão extrativista, isto é, tão desastrosa para o planeta. A economia sustentável do século XXI tem que saber incorporar a noção do limite, da capacidade de carga, de regeneração dos recursos ambientais, a adequação aos ciclos naturais. Da mesma forma, é imperioso que os lucros desta economia sustentável sejam repartidos por todos e não apenas pelos agentes privados — os municípios que possuem estes bens naturais, por exemplo, devem partilhar dos ganhos dessa riqueza. Conforme mandata a nossa Constituição, é igualmente necessário assegurar a existência de uma política fiscal que compatibilize justiça fiscal com desenvolvimento, proteção do ambiente e qualidade de vida. Mas sobretudo é preciso envolver as populações locais. O Governo deve ser incentivado ao diálogo com as populações, obrigando a que existam avaliações ambientais estratégicas e estudos de impacto ambiental que sejam independentes dos promotores industriais ou de qualquer outro setor económico. Temas essenciais como a transição energética para o hidrogénio verde devem tornar-se debates nacionais estratégicos e a Presidente da República não pode deixar de motivar essa discussão pública.

Portugal não pode limitar-se a firmar compromissos internacionais como o Acordo de Paris, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável ou o Acordo para a Descarbonização e não empregar esforços no sentido de promover uma verdadeira transição para modelos de produção mais justos e sustentáveis.

No caso particular do aeroporto de Lisboa, precisamos de reavaliar a alternativa do Montijo, tendo em conta a necessidade de uma rigorosa ponderação do seu impacto ambiental e os novos condicionalismos decorrentes da pandemia.

COMPROMISSO

Como Presidente da República, alertarei persistentemente para o imperativo de darmos resposta às alterações climáticas, como questão de sobrevivência da nossa espécie, de preservarmos os nossos habitats

e cumprirmos os objetivos estabelecidos pelos Acordos Internacionais que nos vinculam. Encorajarei o Governo a dialogar com os parceiros e agentes sociais, assim como com as populações locais, para que todos possam aproveitar o potencial económico da economia Verde e da economia Azul e transitar para modelos de desenvolvimento e crescimento verdadeiramente sustentáveis. Promoverei o investimento em indústrias e atividades que associem o desenvolvimento tecnológico e a criação de emprego às energias limpas e renováveis e à sustentabilidade ambiental. Incentivarei o tecido económico a repensar indústrias e serviços no sentido da eliminação do plástico descartável, caminhando para uma economia circular, baseada na reutilização, na despoluição dos oceanos e na sustentabilidade do planeta. Defenderei sempre os direitos humanos e a preservação da biodiversidade, e não deixarei de sensibilizar também para os direitos dos animais e pela eliminação dos tratamentos cruéis que lhes são infligidos.

7. PORTUGAL, PAÍS VERDE

Sabemos que as **florestas** são essenciais para a sustentabilidade do planeta e que é preciso fazermos o cadastro das nossas florestas, preservarmos as florestas nativas e investirmos em políticas de reflorestação. É essencial que esse investimento e os apoios não sejam direcionados para recursos florestais que só favorecem os incêndios e que depauperam a qualidade dos solos. Temos de mudar as nossas políticas florestais e acabar com o silêncio presidencial perante a devastação provocada pelos incêndios.

Quando falamos de floresta, falamos também de **agricultura**. Não são antagónicas. Qual é o futuro da agricultura em Portugal? É um futuro que tem de se basear na sustentabilidade, na economia circular e na resposta às necessidades daqueles que aqui vivem. Uma agricultura ecológica, enquadrada no local onde se desenvolve, que respeite e regenere o solo, que faça uma boa gestão da água, que garanta e promova a biodiversidade. Uma agricultura que respeite os ciclos e as estações, cujos produtos alimentem aqueles que lhe são mais próximos, através de cadeias curtas, e que não se veja inviabilizada economicamente por produtos oriundos de outros lugares do mundo. É fundamental incorporarmos a verdadeira pegada ecológica da nossa alimentação nas escolhas que fazemos enquanto país — na agricultura, na pecuária, nas pescas, na nossa balança comercial.

É imperioso **acabar com o atual silêncio presidencial sobre os crimes ecológicos, contra animais ou sociais e económicos** que ocorrem no nosso país. Pense-se no Alentejo, com a prática de culturas intensivas (olival, amendoal, etc) que comprometem a sustentabilidade de solos, águas e biodiversidade, com retorno económico diminuto ou nos nossos oceanos, em múltiplos fatores como a sobrepesca, a poluição (como o plástico) e a destruição de habitats ameaçam a biodiversidade existente e o equilíbrio de um ecossistema que é um dos maiores sumidouros de carbono .

Também na proteção animal, não obstante os avanços feitos nesta matéria, continuamos a ter múltiplos desafios pela frente, sendo fundamental que também a Presidente da República contribua para um país de maior respeito pela vida animal, independentemente da finalidade com que estes sejam detidos. Não é, nem pode ser aceitável, à luz dos valores humanitários que pautam os nossos dias, que ocorram episódios como os da tragédia de Santo Tirso em que morreram cerca de uma centena de animais de companhia num incêndio ou a morte de mais de 450 animais selvagens na chacina de animais em locais como a Torre Bela, permitida apenas com a convivência de sistemas de propriedade privada que impossibilitam a atuação do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. Para este combate é também necessário dotar as autoridades competentes de meios humanos e estruturais, ou seja, de funcionários, orçamentos e meios suficientes que permitam assumir a defesa dos interesses públicos ambientais e de proteção animal.

Também nas cidades a malha verde não pode continuamente perder espaço para o betão. Por todo o lado são denunciadas podas excessivas ou abates abusivos. O arvoredo em contexto urbano tem de ser preservado e valorizado, assim como a existência dos chamados corredores ecológicos ou corredores «verdes». Só assim, em respeito pelo património natural, poderemos ter cidades mais resilientes, preparadas para as alterações climáticas, com maior qualidade ambiental e consequentemente, com maior qualidade de vida.

COMPROMISSO

Como Presidente da República, instarei o Governo a pôr cobro a vários crimes ecológicos, económicos e sociais que ocorrem no nosso país. Garantirei que o Governo completa finalmente o cadastro florestal que permitirá evitar tragédias como os incêndios de Pedrogão. Incentivarei o Governo a agir no combate aos desastrosos cultivos agrícolas intensivos no Alentejo, bem como a combater as condições de utilização de

mão-de-obra imigrada em estufas, indecentemente paga e insalubrememente alojada. Promoverei ainda a preservação do arvoredo em contexto urbano e a existência de mais corredores ecológicos.

8. PORTUGAL, PAÍS QUE É CASA

Portugal precisa de uma **nova política pública de habitação, que garanta autonomia e teto a todas e a todos**, num mercado regulado, sem ficar à mercê da especulação imobiliária, evitando a criação de guetos como aconteceu em certos modelos desatualizados dos Programas Especiais de Realojamento de finais do século passado, e em particular garantindo o acesso à habitação por parte das pessoas mais vulneráveis, como as pessoas em situação de sem-abrigo.

Uma casa confortável, digna, numa envolvente com boa qualidade de vida, com acesso a transportes, a equipamentos e serviços comuns são aspetos básicos da habitação, que é um direito previsto na nossa Constituição. O acesso à habitação, adequada e em condições de conforto, tem de ser uma garantia para todos, e não uma sentença que adia sonhos e projetos de vida para milhares de cidadãos. Para este efeito, é necessário repensarmos a política de rendas e garantir que o mercado de arrendamento é compatível com o rendimento familiar de todas as famílias e não um mercado de especulação que serve apenas os mais ricos.

A política pública de habitação deve ser sempre acompanhada de estratégias em vários setores e de descentralização que permitam que todos desenvolvam os seus projetos de vida um pouco por todo o país. O impacto das políticas de habitação para a concretização de projetos de vida, conferindo-lhes conforto, segurança e estabilidade, é inegável. É por isso essencial garantir o acesso à habitação, pois esta proporciona o apoio à natalidade de que precisamos, permite o acesso a transportes e serviços públicos de proximidade e dá garantias de dignidade, a todos e todas.

No entanto, são vários os fatores que têm contribuído para que este direito constitucional não esteja assegurado de forma igual para todas e todos. A especulação imobiliária, fomentada por uma desregulação do mercado, foi agravada por boa parte da indústria do turismo em Portugal estar ao serviço de estratégias insustentáveis, e até perversas. Os impactos ao nível da gentrificação das cidades ou da criminalidade internacional, decorrente da instrumentalização do mecanismo conhecido como «Vistos Gold» por esquemas

de infiltração do Espaço Schengen. O turismo tem representado uma fatia importante da nossa economia, mas de forma pouco sustentável. Há nichos do setor do turismo que podem ser ainda desenvolvidos, mas a massificação do turismo é destrutiva para Portugal, é ambientalmente irresponsável e não dá sustentabilidade à nossa economia. Acresce que vulnerabiliza desproporcionalmente o tecido económico e social das regiões dele demasiado dependentes, como se verifica no Algarve e na Região Autónoma da Madeira, e é caracterizado por uma precariedade que não dá futuro a quem trabalha. Apesar dos avanços feitos em matéria de combate à pobreza extrema e à privação material, a pobreza energética ou a total ausência de uma habitação são ainda uma realidade no nosso país. Com a crise sanitária da Covid-10 esta problemática agravou-se ainda mais, tendo como consequência o aumento do número de pessoas em situação de sem-abrigo. No que respeita ao direito à habitação, é fundamental que os mais vulneráveis não sejam deixados para trás, que a Presidência da República exerça a sua magistratura de influência no sentido de promover todos os esforços para que o Governo, em articulação com as autarquias locais e os demais parceiros sociais, garantam a existência de soluções de habitação digna, que permita a integração destas pessoas nos programas «casa-primeiro» (housing-first) e consequentemente a recuperação da sua autonomia e das suas vidas.

COMPROMISSO

Como Presidente da República, assegurarei que o Governo investe na realização do direito à habitação condigna, incluindo no combate à pobreza energética, assumindo-o como verdadeiro direito constitucional que é. Estimularei um debate franco sobre a regulação do mercado imobiliário e sobre a adoção de uma política de rendas acessíveis para todas as famílias. Zelarei pelo desenvolvimento equilibrado e regrado do setor turístico, designadamente de modo a não vulnerabilizar as regiões dele mais dependentes. Como Presidente promoverei todos os esforços para que o direito a um tecto seja uma realidade no nosso país, em particular para os mais vulneráveis, para pessoas em situação de sem-abrigo.

9. PORTUGAL, PAÍS DE TODAS E DE TODOS

Uma República do século XXI não pode apenas abster-se de atentar contra os direitos da sua população: tem de cuidar dos seus, tem de lhes

proporcionar uma vida condigna e de verdadeira igualdade de oportunidades.

Vida condigna é vida sem medo. Em que a liberdade das mulheres não seja condicionada por receios de retaliação ou de dependência económica. Algo vai mal numa República em que a violência machista contra as mulheres, no espaço doméstico e no espaço público, continua a matar. E em que, apesar dos avanços alcançados, o Estado ainda não consegue dar resposta adequada à situação de milhares de cidadãs e cidadãos — cidadãs, na sua esmagadora maioria — sujeitos e sujeitas à vontade arbitrária dos seus parceiros, e em que o medo se sobrepõe à Justiça. É também premente que haja um investimento na prevenção e combate a outras formas de violência e discriminação, designadamente ao nível do assédio sexual e do discurso de ódio online, cada vez mais disseminado. As mulheres são a maioria da população portuguesa. A lei da paridade é para ser aplicada a todos os órgãos de poder económico e político. Disto também depende a qualidade da nossa democracia. É também necessário acelerar o nosso lento percurso rumo à plena igualdade salarial entre homens e mulheres e no combate aos estereótipos no mercado de trabalho, sob pena de vermos mais uma geração de cidadãs da República limitada nas suas ambições profissionais. Apesar de na letra da lei termos plasmado o princípio da **igualdade**, em muitos lugares do nosso país (e do mundo) o ponto de partida para muitas pessoas não é igual às demais, a começar pelas meninas e mulheres. Basta ver que apesar do princípio para trabalho igual, salário igual, estudos recentes afirmam que o fosso salarial vai levar cerca de um século a desaparecer e que Portugal, é um dos países onde o fosso continua a aumentar.

Os vulneráveis da nossa sociedade não podem permanecer num lugar de invisibilização, e é por isso tão necessário uma Presidente que compreenda a necessidade de cuidar de todas e todos. As pessoas com deficiência têm diversas barreiras presentes na sua vida, e o Estado não pode representar mais barreiras nos percursos de milhares de cidadãos. A República tem de ser um garante de liberdade, um garante de resposta às dificuldades que todos passam. Seja na arquitetura, nos serviços públicos, no acesso à habitação, no direito ao trabalho, no devido apoio social, as barreiras têm de ser eliminadas para todas e todos. Não podemos ignorar aqueles que ainda vivem com medo de serem simplesmente quem são. Os cidadãos LGBTI+ continuam a ter direitos básicos negados, seja em questões laborais, saúde ou de habitação. Temos

de fazer mais, também nos serviços do Estado, para responder aos desafios e dores daqueles com quem partilhamos uma sociedade plural, os nossos filhos e filhas, irmãos e irmãs, que merecem uma vida digna. A violência, a invisibilidade, a discriminação têm de ser recusadas e assegurado o direito à igualdade e inclusão. É de verdadeira igualdade que Portugal precisa. Uma República em que atos vis contra minorias étnico-raciais são exemplarmente punidos. Em que o racismo é enfrentado, não escondido como se não existisse, e combatido com pluralismo e diálogo. Temos de garantir que Portugal atinge todo o seu potencial como uma República multicultural, feita de várias línguas, cores e feitios: uma sociedade de valores, guiados por direitos fundamentais absolutos. Sem ignorar as diferenças físicas e culturais, de religiões, de etnias, de géneros ou de orientações sexuais: celebrando a diversidade. Não menos relevante é a subrepresentação das mulheres na política. Com a introdução das quotas mitigou-se essa subrepresentação, mas ainda assim, não podemos ver como saudável numa democracia que volvidos mais de cem anos da implantação da República não tenha sido eleita uma mulher Presidente! Como podem as meninas e mulheres sentirem-se representadas se sistematicamente lhes é vedado o acesso aos cargos de chefia, de poder ou de órgãos de soberania da nação como a Presidência da República?

COMPROMISSO

Como Presidente da República não serei complacente com a continuação da violação sistemática do direito à igualdade. Desde logo da maioria da população: as mulheres. Para tal, comprometo-me a zelar para que seja respeitada a paridade e a igualdade de direitos em todos os órgãos públicos de decisão, garantindo o cumprimento do regime da representação equilibrada. Darei o exemplo nas nomeações para órgãos em que deverei designar membros, como sejam o Conselho de Estado, o Conselho Superior da Magistratura, os Representantes da República para as Regiões Autónomas e os cargos de comando das Forças Armadas. Exigirei que os governos da República respeitem a paridade na sua própria composição e nas nomeações que fizerem para qualquer órgão de poder. Participarei ativamente nas campanhas públicas de prevenção e combate à violência doméstica e exigirei a execução de um plano de formação abrangente e contínuo na administração pública sobre esta matéria e convocarei a sociedade no seu todo, a começar pelos homens, para a defesa dos direitos humanos das mulheres.

Procurarei garantir a inexistência de barreiras para os cidadãos com deficiências, assegurando que não lhes seja jamais vedado o acesso e exercício dos seus direitos fundamentais.

Incentivarei a igualdade em todos os domínios, através de uma presidência que garanta uma República multicultural, que ouça e cuide de todos, combatendo o racismo, a xenofobia, o machismo, a homofobia, a transfobia e todas as formas de violência.

10. PORTUGAL, PAÍS TRANSPARENTE E JUSTO

A Presidente da República tem o dever de zelar pelo nosso Estado de Direito—e tal passa pelo compromisso de garantir que todos os cidadãos e todas as cidadãs têm um **verdadeiro acesso à justiça** e não um sistema obsoleto e demorado que privilegia aqueles com mais recursos em detrimento daqueles que menos têm. Justiça demorada é justiça negada. A Presidente da República deve por isso alertar para que se conclua os megaprocessos e que o julgamento dos principais suspeitos de graves crimes económicos se faça, credibilizando dessa forma a Justiça portuguesa.

Para isso, a Presidente da República tem de estimular a interação próxima com a Procuradoria-Geral da República, os Conselhos Superiores de Magistratura e do Ministério Público, os sindicatos do setor e o Governo, exercendo a sua magistratura de influência para persuadir, influenciar e lograr mudanças de facto. Exemplo disto será a reavaliação do sistema de justiça fiscal, totalmente desequilibrado em favor das arbitragens privadas, em detrimento do interesse público. Ou exigir redobrada vigilância e responsabilização da Assembleia da República na transposição de diretivas europeias em matérias como o sistema de recuperação de ativos provenientes do crime económico, fiscal e branqueamento de capitais. Ou ainda redobrar esforços e recursos nos grandes processos junto do Tribunal da Concorrência, ao qual deviam ser dados meios para combater a ameaça da criminalidade económica e financeira.

A injustiça fiscal é um dos fatores que mais impede o investimento nacional, público e privado, e o desenvolvimento económico do País, além de descredibilizar a democracia: as famílias da classe média e as PME pagam pesados impostos, para compensar as grandes empresas multinacionais e famílias ricas que não os pagam, ou pagam proporcionalmente muito menos, porque recorrem aos offshores, incluindo o que tem sido permitido na Madeira.

Agora que a Comissão Europeia exige finalmente ao Governo português que recupere centenas de milhões de euros que deixou fugir em isenções fiscais na Zona Franca da Madeira — e que tanta falta fazem para o investimento público na Saúde, na Educação, na Ciência, na Cultura, etc. — importa ir mais longe e fazer uma reforma fiscal que acabe com a floresta irracional de benefícios fiscais que foi já identificada, a pedido do Governo, mas que continua a sangrar as receitas do Estado. E que acabe com a desregulação no sistema financeiro português, que o torna instrumento fácil do branqueamento de capitais pela criminalidade organizada, incluindo por cleptocracias que desviam recursos de outros povos e Estados, como demonstrou o «Luanda Leaks» relativamente a Angola. Uma verdadeira reforma fiscal tem de ser norteadada pela preocupação da justiça redistributiva e progressiva da carga fiscal e tem de incluir a taxação das mais-valias e transações financeiras, das indústrias poluidoras e das grandes plataformas digitais. Portugal tem de passar a ser pró-ativo a exigir transparência e harmonização fiscal na UE, a fim de combater o «dumping fiscal» de que é vítima por parte de outros parceiros, como a Holanda ou a Irlanda, Malta, Chipre e Gibraltar e se defender face à concorrência desleal que vai aumentar com o Brexit por parte praças financeiras como Londres e outras dependentes da coroa britânica (como ilhas de Man, Jersey, Guernsey, Caimão, Bahamas, etc..).

Justiça fiscal significa também transparência e controlo da despesa pública, pelo efeito que tem no aumento dos impostos gerados pela corrupção e a fraude e evasão fiscais, que crescem na base de leis propositadamente complexas, tribunais formalistas e ineficiência das autoridades tributárias, de supervisão bancária, reguladoras, judiciais e outras.

Tudo isto só será possível com um reforço dos meios humanos, equipamento e formação. Como Presidente da República tudo farei para que se aumentem os incentivos dados aos profissionais destes setores para que sejam corajosos e exigentes na defesa do interesse público e nas correções das disfunções do sistema. Precisamos de um verdadeiro Compromisso para a Justiça e não de promessas vãs sobre pactos ou acordos que nunca se concretizaram sob a atual presidência. Tal como determina a nossa lei fundamental, enquanto Presidente da República jurarei por minha honra defender, cumprir e fazer cumprir a Constituição da República Portuguesa. Durante o período da chamada «troika», os portugueses sofreram as consequências de várias leis inconstitucionais que foram promulgadas sem a

sua atempada fiscalização. Contrariamente ao atual Presidente, que em 5 anos de mandato, com centenas de diplomas apreciados, apenas uma única vez procurou consultar os juizes do Tribunal Constitucional antes de tomar a sua decisão final, não hesitarei em recorrer ao mecanismo da fiscalização preventiva da constitucionalidade quando tal se afigure necessário, de modo a garantir que nenhum ato legislativo possa vigorar sem que a sua constitucionalidade esteja plenamente garantida. Durante o próximo mandato presidencial, comemoraremos os 50 anos do primeiro sufrágio democrático universal da nossa história — as eleições para a Assembleia Constituinte. Tendo por base a experiência acumulada de mais de quatro décadas de eleições livres e democráticas, de processos eleitorais justos, fidedignos e transparentes, está na altura de procurarmos debater novas formas de melhorar o nosso sistema eleitoral, de aumentar as taxas de participação e preparar as nossas eleições para os desafios do futuro. Precisamos simplificar e clarificar o processo eleitoral, construindo um quadro geral para todas as eleições, com a criação posterior de regras específicas para cada tipo de sufrágio. É igualmente necessário tornar menos burocráticos os processos de candidaturas eleitorais, tornando-as mais acessíveis a todos os cidadãos e cidadãs. Por último, com o assinalar de meia década de democracia, está na altura de realizar um grande debate nacional em torno de propostas de reformas eleitorais, designadamente a expansão da possibilidade de votação antecipada ou em mobilidade ou a possibilidade do voto preferencial em lista. Finalmente, enquanto participante final no processo de criação de Leis e Decretos-Lei, é meu dever assegurar a existência de transparência no processo legislativo. É urgente que todos os decisores políticos tenham consciência da necessidade de não só envolver a sociedade civil no processo deliberativo e regulamentador, como de publicitar todos os agentes, fatores e deliberações que contribuem para os diplomas que regem a nossa vida comum.

COMPROMISSO

Como Presidente da República, serei fiel ao juramento de defender, cumprir e fazer cumprir a Constituição. Procurarei assegurar que há transparência e integridade no exercício dos cargos públicos e que não faltam meios à Entidade para a Transparência para exercer a devida fiscalização. Exigirei que haja transparência em relação a todos os contratos e fundos públicos, com verdadeiro seguimento por parte dos cidadãos. Incentivarei o estabelecimento de um

processo legislativo que seja transparente e acessível para todos os cidadãos, em que a pegada legislativa seja claramente visível e em que todas as propostas, deliberações e decisões sejam facilmente escrutináveis. Tudo farei para garantir que a Justiça tem os meios adequados e o incentivo político para funcionar e para tornar eficaz e consequente o combate à corrupção e à grande criminalidade económica e financeira, para que não continue a apropriar-se de recursos do Estado e a capturar os seus agentes. Garantirei que existe transparência e efetivo escrutínio na escolha dos titulares de altos cargos públicos, nomeadamente do Procurador-Geral da República, dos juizes do Tribunal Constitucional, do presidente do Tribunal de Contas, do governador do Banco de Portugal e de todos os titulares das instituições de regulação.

11. PORTUGAL, PAÍS SEGURO

A Constituição determina que os primeiros deveres da Presidência da República, ainda antes mesmo de assegurar o «regular funcionamento das instituições democráticas», consistem em representar a República e garantir a sua independência e a unidade do Estado. Cumprir com esses deveres, no quadro de uma República do século XXI, começa por se entender o mundo interligado e interdependente em que vivemos hoje. A complexidade das ameaças e desafios que nos confrontam hoje, da ecologia à saúde global, do terrorismo à crise do sistema internacional, fazem com que **segurança interna e defesa** sejam cada vez mais apenas componentes distintas mas indissociáveis da mesma missão: trabalhar todos os dias para garantir a segurança, os direitos e as liberdades dos portugueses e portuguesas e assegurar a dignidade e a competência das funções do Estado num quadro de cooperação internacional.

Infelizmente, os últimos anos deixaram demasiado clara a negligência com que as questões da segurança e da defesa têm sido tratadas no nosso país. O escândalo de Tancos diz muito sobre o estado a que se deixou chegar as nossas Forças Armadas e lança fundadas dúvidas sobre se se chegará a esclarecer qual o grau de conhecimento que houve, aos mais altos níveis, da operação de recuperação das armas em cumplicidade com os perpetradores do assalto. Este não é um episódio dignificante para Portugal, nem para as suas Forças Armadas. Historicamente estruturantes da Nação, as nossas Forças Armadas deviam hoje estar devidamente equipadas, formadas e comandadas para serem peça central de uma estratégia portuguesa

de segurança, também no quadro da Política Comum de Defesa e Segurança Europeia, além de provedoras de segurança global, designadamente no quadros da NATO e das Nações Unidas. Tal como poderiam, e deveriam, ter sido mais cedo mobilizadas as Forças Armadas para intervir no combate à pandemia da Covid-19. E mais poderão fazer se devidamente encorajadas por quem detém o seu comando supremo, o—ou a—Presidente da República. Também no domínio da segurança, o assassinato de um cidadão ucraniano às mãos de agentes do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras em instalações do Estado e com o encobrimento no interior desta Polícia, é ilustrativo do deslascar dos padrões democráticos nas forças de polícia nacionais. Foram perturbantes o silêncio e inação do mais alto magistrado da nação, o atual presidente da República, junto da família da vítima, face à necessidade de os responsáveis serem afastados e julgados. E de serem assumidas responsabilidades políticas pelos crimes e se empreender a urgente reestruturação institucional. É perturbante a indiferença do Presidente da República, enquanto titular de um órgão de soberania, face à degradação das condições de operação e autoridade das polícias e a sua infiltração por forças da extrema-direita, apesar dos alertas feitos nesta matéria pela EUROPOL e pelo Conselho da Europa. Para poderem cumprir as missões que lhes estão confiadas num Estado de Direito, as forças de segurança precisam de ser devidamente equipadas, treinadas, formadas, instaladas e remuneradas, de modo a poderem exercer a sua autoridade de forma isenta, digna e eficaz. Por fim, os acontecimentos dos últimos anos tornaram claro para todos os portugueses a importância crucial do papel que os bombeiros e as suas corporações desempenham no nosso bem-estar coletivo. Precisamos de um novo modelo territorial de resposta de emergência, que assente em estruturas regionais e locais e desenvolvido com a participação dos corpos voluntários e das autarquias locais. Com o agravar das consequências das alterações climáticas, precisaremos mais do que nunca do empenho dos soldados da paz na defesa das nossas florestas, das nossas casas, das nossas vidas. Hoje, mais do que nunca, é fundamental garantir aos nossos bombeiros e bombeiras condições dignas para o exercício das suas funções vitais.

COMPROMISSO

Como Presidente da República— por inerência detendo o comando supremo das Forças Armadas— tomarei a iniciativa de promover a necessária reflexão e ação sobre o redimensionamento e reorganização das

Forças Armadas, incluindo uma decisiva política de recrutamento diversificada, com inclusão de mulheres e pessoas de minorias tradicionalmente discriminadas. Insistirei junto do Governo e da Assembleia da República para que haja políticas consequentes para equipar e formar adequadamente as forças armadas, em especial para garantir a segurança de infraestruturas críticas, a segurança da nossa vasta zona de jurisdição marítima, a participação no combate às ameaças de cibersegurança e a participação em missões no quadro da Política Comum de Segurança e Defesa europeia, da NATO e da ONU. Quanto às forças de segurança, essas devem ser devidamente equipadas e formadas. Isso incluirá os serviços de informação, aos quais exigirei rigoroso escrutínio democrático, responsabilização e prestação de contas na defesa da segurança dos cidadãos contra as mais diversas ameaças, do terrorismo à criminalidade organizada e ao crime de colarinho branco.

12. PORTUGAL, PAÍS DA DESCENTRALIZAÇÃO E DA REGIONALIZAÇÃO

Portugal é mais do que um território, mas **não há país sem território e sem políticas que unam as pessoas às decisões que contam para os destinos das suas regiões e comunidades.** Os constituintes sabiam-no quando, ao estabelecerem as bases para o regime democrático nacional e local, e a sua inserção na esfera da democracia europeia, previram também a criação de uma escala de democracia regional que acabou por ser concretizada apenas nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. Hoje, falta-nos essa escala de democracia intermédia que existe na maior parte dos países desenvolvidos com que gostamos de nos comparar, entre o poder local e o poder central, e que no nosso acabou por ser vítima da falta de coragem de alguns decisores políticos e do excesso de oportunismo de outros. Quando se fazem os habituais diagnósticos sobre o desordenamento do território nacional, sobre o desperdício e a duplicação de políticas e infraestruturas, deveria acrescentar-se que muita dessa desorganização se deve a essa falta de democracia à escala regional de que padece o nosso país. Com uma administração pública que está já de si depauperada e necessitada de mais investimentos e recursos, a burocracia e o centralismo bloqueiam o país. Sem descentralizar poder, Portugal não desbloqueará o seu verdadeiro potencial. A **regionalização e a descentralização** encontram-se há

décadas enredadas em equívocos e bloqueios, nos quais, aliás, o atual presidente da República tem fundamental responsabilidade—enquanto, por outro lado, elogia o processo, por si patrocinado, de pseudo eleições das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional através de um colégio eleitoral exclusivo para autarcas. Este método de escolha das presidências das CCDRs não prestigia nem dá mais eficiência ao processo de descentralização, nem à democracia, ao mesmo tempo que excluem cidadãos e cidadãs de participar na escolha das lideranças e dos programas regionais que terão um enorme impacto sobre as suas vidas, em particular no quadro do próximo pacote de fundos europeus.

É preciso aprender a confiar no país e nas pessoas que o formam. Um Portugal mais democrático e desenvolvido tem de ser também um país com maior distribuição de responsabilidade e autonomia, com mais trabalho de equipa a várias escalas. Portugal não pode ser apenas visto a partir do Terreiro do Paço. Os municípios e as IPSS têm uma capilaridade, capacidade e conhecimento da realidade que mais ninguém tem. E por isso têm de assumir mais competências e ter mais meios e autonomia para gerir e investir no seu território e na suas populações. Sem municípios e freguesias, nunca o Governo poderia ter ocorrido a quem mais precisa no contexto da emergência pandémica.

Descentralizar e desconcentrar é também combater o despovoamento, a desertificação do país, e consequentemente, as assimetrias territoriais.

Importa ver o interior como muito mais central em termos ibéricos e europeus e incentivar as sinergias transfronteiriças, incluindo na promoção de indústrias com incorporações de tecnologia e de ciência nacionais. Por exemplo, na promoção de uma rede de turismo de saúde baseado nos estabelecimentos termais de norte a sul do país. Ou iniciativas de turismo de qualidade ao longo da EN2 e outras vias estruturantes. Ou na promoção de uma política habitacional pública que, aliada ao teletrabalho, recupere e dê nova vida a aldeias, vilas e cidades do interior. Descentralizar e regionalizar pode e deve implicar reforço de escrutínio democrático, mais fácil e mais eficaz ao nível da gestão de proximidade. O Tribunal de Contas pode e deve desconcentrar serviços para acompanhar a descentralização da gestão e da contratação pública.

COMPROMISSO

Como Presidente da República encorajarei a participação cidadã nas tomadas de decisões e no escrutínio democrático das políticas públicas, a várias escalas,

da local à regional, da nacional à europeia ou global. Incentivarei o florescimento de associações da sociedade civil para controlar decisões e aplicações de fundos, determinadas pelo poder executivo, central, regional e local, e estarei sempre disponível para escutar as suas preocupações e registar as suas conclusões, agindo, sempre que necessário.

Como Presidente da República incentivarei a desconcentração de serviços do Tribunal de Contas por forma a que exerça mais proximamente o controlo sobre contratos públicos e decisões de poderes regionais/municipais. Tal como se encontra previsto na nossa Constituição, é possível descentralizar o poder de decisão, desta forma levando à prática uma estratégia de preparação da regionalização. O novo quadro de fundos europeus oferece uma grande oportunidade de viragem no processo decisório, se deixarmos a tomada de decisões integrar-se numa gestão de proximidade, e ao mesmo tempo accionarmos um quadro mais eficaz de controlo democrático e judicial na execução dos fundos.

Como Presidente da República, farei avançar a agenda da regionalização, promovendo o debate transparente e participado sobre o futuro da democracia portuguesa e da responsabilização política a várias escalas. Não deixarei esse debate por fazer por conveniência política, como sucedeu no passado; antes o promoverei, de forma a procurar assegurar, no quadro de estreita cooperação institucional, e se possível ainda nesta legislatura, que avance a lei que deve criar as regiões administrativas e se lance a consulta popular que a Constituição estabelece.

13. PORTUGAL, PAÍS QUE COMBATE A POBREZA

Dois em cada dez cidadãos, incluindo crianças, encontram-se em risco de pobreza. Quase 2 milhões de pessoas. As pessoas que trabalhavam e estavam em risco de pobreza eram, em 2018, 11,4%. E este ano, com a pandemia e a crise económica que com ela veio, aumentou a pobreza, a privação e a fome no nosso país. Como é possível que em 2021 continuemos a ter fome em Portugal?

A crise que já hoje é vivida por milhares de pessoas, a segunda numa década, é mais uma sentença de adiamento para projetos de vida, de instabilidade profissional e familiar, de oportunidades ceifadas. Esta crise contribui para a desigualdade estrutural existente em Portugal, onde quase uma em cada cinco crianças vive abaixo

do limiar da pobreza, onde mais de um terço das famílias monoparentais é pobre, e onde são necessárias cinco gerações para que os descendentes de uma família de baixos rendimentos possam alcançar os rendimentos médios. Perspetiva-se que a crise económica que hoje vivemos se prolongue, com efeitos profundos na coesão social e nas oportunidades geradas para todos e todas. É por isso uma prioridade nacional a salvaguarda de todos e de todas, através de uma estratégia nacional de combate à pobreza.

A pobreza manifesta-se sob várias formas, sendo uma delas a ausência de habitação. A situação das pessoas em situação de sem-abrigo é um resultado do nosso próprio falhanço enquanto sociedade. É preciso criar condições de vida digna para todos aqueles que têm o infortúnio de viver ao relento, para que possam voltar a ter um lar, formação, um trabalho e um papel a desempenhar na República de todos. É necessário criarmos políticas contra a estigmatização das pessoas em situação de sem-abrigo e entender a sua existência como um alerta para tudo o que continua por se fazer no século XXI.

A mera alocação de recursos, em jogos de aparência, não resolverá certamente o problema. A raiz é mais profunda e encontra a sua razão na desigualdade económica e em modelos políticos que recompensam aqueles que conseguem atingir padrões de sucesso, mas que estigmatizam, maltratam e rejeitam todos aqueles que não atingiram esses padrões das sociedades modernas.

Por outro lado, não podemos ter também um país em que quem trabalha não tem recursos para viver ou que quem chega à idade da reforma se vê de repente sem recursos suficientes precisamente na fase da sua vida em que mais precisa.

COMPROMISSO

Como Presidente da República apoiarei uma estratégia nacional de combate à pobreza, que elimine desigualdades e que promova a inclusão de todos e todas na sociedade. Darei prioridade à criação de condições para que todos os cidadãos e cidadãs tenham um lar, trabalho e um papel digno na nossa República. Estarei ao lado daqueles que combatem a desigualdade económica e as suas ramificações nefastas na dignidade humana. Um país de oportunidades, como Portugal pode ser, tem de garantir que a vida de todos os seus cidadãos não é limitada pela fome, pela privação, pela ausência de condições básicas e pela ausência de solidariedade intergeracional.

14. PORTUGAL, PAÍS PARA JOVENS

Esta candidatura é também a das **jovens gerações** e das que hão de vir. A Presidência da República deve ser uma instituição com uma visão suprapartidária de um Portugal do Futuro. Que olhe aos problemas para lá dos ciclos legislativos e que zele pelos interesses de todas as portuguesas e portugueses que virão depois.

Para isso, é necessária uma Presidente que coloque a justiça intergeracional como um guia de todas as políticas públicas. É preciso instar os Governos a medirem o impacto das suas políticas para lá dos ciclos políticos em áreas fundamentais como a educação, incluindo o acesso a contextos educativos seguros, a sustentabilidade, o emprego e a inovação. É por isso necessário adotarmos a realização sistemática de estudos de impacto geracional que permitam dissecar o impacto de políticas públicas em períodos mais alargados.

Mas só isso não bastará.

Precisamos também de dar voz aos jovens no espaço público. É essencial garantir oportunidades de contacto entre as instituições públicas e os mais jovens, ouvindo os seus legítimos anseios e garantindo que as suas ideias são tidas em conta no desenho de políticas públicas. Para tal é fundamental combater ideias enraizadas na nossa sociedade que atribuem à idade um posto e descredibilizam o mérito das ideias dos mais novos. Uma República do século XXI deve escutar as ideias dos mais jovens e promover um grande debate intergeracional que as discuta e implemente.

COMPROMISSO

Como Presidente da República criarei um Conselho de Jovens junto da Presidência da República. Ouvirei sempre as preocupações dos jovens: quero que a juventude tenha voz/vozes ativas e garantirei que todas as políticas públicas se nortearão por preocupações intergeracionais, para lá dos ciclos eleitorais. O país que queremos para os nossos filhos, para os nossos netos e para as gerações vindouras tem de se organizar para lhes facultar educação e qualificação mas, também, oportunidades de realização pessoal e profissional, com emprego decente, sem precariedade e com remuneração condigna. Não pode resignar-se à sangria da emigração, nem ao declínio demográfico, nem ao despovoamento do território, nem às assimetrias de desenvolvimento.

15. PORTUGAL, PAÍS PARA VELHOS

Infelizmente, o estado atual da nossa República esqueceu muitos dos seus compromissos. Esqueceu desde logo os mais frágeis, aqueles que mais precisam de uma república que cuide. As populações mais velhas foram particularmente fustigadas por esta pandemia que revelou os problemas estruturais que existem no cuidado sénior ou que vetou grande parte desta população ao isolamento. Uma República digna deve começar por olhar aos seus mais velhos, sobretudo aqueles que se encontram em situação de pobreza ou privação material, dotando as famílias de cuidados médicos gratuitos e acessíveis e de lares que garantam uma boa qualidade de vida e que cumpram com humanidade as medidas sanitárias necessárias à segurança de todos os que neles habitam. A experiência acumulada por estas pessoas deve ser prezada e usada como guia para as gerações futuras, exemplos que nos devem conduzir para longe dos erros do passado. É essencial olharmos para as populações séniores com a dignidade que merecem, repensando o seu papel na nossa sociedade, garantido o seu direito a um envelhecimento ativo, e adaptando o próprio tecido económico a uma população necessariamente mais envelhecida. Existe um grande potencial no desenvolvimento de uma economia social que inclua os mais velhos, com o respeito e a dignidade que merecem como figuras ativas numa república do século XXI. Ultrapassar o preconceito da velhice como inutilidade é absolutamente necessário. A velhice deve ser encarada como uma oportunidade de aprendizagem para os mais jovens— importa escutar quem viveu mais e sofreu mais do que nós e como uma oportunidade também para a solidariedade intergeracional que deve pautar as nossas comunidades.

COMPROMISSO

Como Presidente da República, procurarei garantir que as pessoas mais velhas têm direito à segurança económica e a condições de habitação e convívio familiar e comunitário que respeitem a sua autonomia pessoal e evitem e superem o isolamento ou a marginalização social. Lares ilegais e idosos depositados em hospitais são vergonhas que não podemos mais tolerar na República Portuguesa. Empenhar-me-ei para que as preocupações e anseios dos mais velhos sejam ouvidos e valorizados. Estarei no terreno, junto das instituições de solidariedade social, e procurarei assegurar que são dadas condições adequadas aos profissionais deste setor, na maioria mulheres.

16. PORTUGAL, PAÍS SOCIALMENTE JUSTO

No último ano, milhares foram os cidadãos portugueses que sentiram e compreenderam o papel central da Segurança Social na nossa sociedade. Num contexto de envelhecimento da população portuguesa, agravado pela crise pandémica que atravessamos, a ação do nosso sistema de proteção social é essencial no combate à pobreza e na redução das desigualdades. A nossa lei fundamental decreta que o sistema de segurança social protege os cidadãos na doença, velhice, invalidez, viuvez e orfandade, bem como no desemprego e em todas as outras situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho — e é categórica na sua acessibilidade: **Todos têm direito à segurança social.**

É necessário que prossiga o caminho dos últimos anos de aumento das pensões e do complemento solidário para idosos, tendo sempre presente a sustentabilidade futura do nosso sistema social. A política social deve focar-se no combate à pobreza e os recursos disponíveis deverão ser orientados nesse sentido, de forma ponderada e progressista, e em estreita articulação com as instituições de solidariedade social. O sistema de proteção social precisa de estar em constante reforma e, com as novas formas de pobreza que têm vindo a surgir no nosso país, precisamos de ir ajustando e reavaliando a aplicação da condição de recursos nas prestações não contributivas, para que possamos dar mais a quem menos tem e mais necessita.

Simultaneamente, e tendo em mente a sustentabilidade demográfica da República, é necessário que se implementem medidas de apoio à natalidade e de repovoamento e fixação de população no interior do país. Precisaremos não apenas de um grande investimento na rede de equipamentos sociais de apoio à infância, nomeadamente creches e jardins-de-infância, como também em estruturas sociais de apoio aos mais idosos, que ajudem as famílias na prestação de cuidados essenciais a quem mais precisa. A conciliação da vida profissional, pessoal e familiar tem que ser uma realidade acessível para todos os portugueses, em todo o território.

Mas o desafio demográfico não se resolve apenas pela promoção da natalidade. Sem uma visão estratégica para o potencial das migrações, dificilmente alcançaremos as condições para um futuro sustentável. Reduzir os níveis de emigração, fomentar o regresso dos que partiram e captar novos movimentos de imigração pode e deve constituir um importante fator

de sustentabilidade demográfica. O destino daqueles que escolhem o nosso país para construir o seu futuro depende muito das políticas de integração, que devem ter uma componente cívica, de igualdade de direitos, indo ao encontro do princípio constitucional da equiparação de direitos dos estrangeiros, garantindo o acesso destes aos bens e serviços públicos. Cuidar dos nacionais implica também cuidar dos estrangeiros que buscam uma vida melhor no nosso país, pois só um país que cuida de todos pode cuidar de cada um de nós.

COMPROMISSO

Como Presidente da República, apoiarei medidas que procurem reforçar a nossa Segurança Social. Darei o meu apoio a iniciativas que procurem garantir a integridade de uma Segurança Social pública e sustentável, que seja mais eficaz no combate à pobreza e às desigualdades. Farei tudo ao meu alcance para garantir que as políticas de apoio à natalidade sejam reforçadas em todo o nosso território. Zelarei pelo acolhimento e integração exemplar de imigrantes, requerentes de asilo e refugiados, garantindo-lhes dignidade e respeito e incentivando a sua autonomização e inclusão na nossa sociedade.

17. PORTUGAL, PAÍS DE ARTE E CULTURA

A crise pandémica que atravessamos expôs, com grande evidência, fragilidades sócio-económicas que, em boa medida, são estruturais na sociedade portuguesa. A atividade artística e cultural foi uma das atividades, nesse contexto, mais atingidas. O desinvestimento, financeiro e político, que esta área sofreu ao longo das duas últimas décadas, e de forma mais radical a partir da crise de 2010, tornou-se gritante. É por isso que a questão do subfinanciamento público à área da cultura, embora fundamental, não pode nem deve esgotar a relação entre setor cultural e poderes públicos. A política cultural exige investimento financeiro, mas este depende de uma estratégia nacional para a cultura. Portugal não pode continuar a viver sem pensamento estratégico para a cultura. Essa ausência de debate e estratégia remete o setor para um papel de acantonamento, capturável pelos interesses que procuram esvaziar o setor cultural.

A ausência de uma estratégia nacional para a cultura limita o desenvolvimento das indústrias criativas, pois a criação artística e gestão patrimonial são, desde logo, frágeis e muitas vezes inconsequentes. É também aqui

que se pode gerar valor económico que contribua para a sustentabilidade do setor, cabendo aos poderes públicos garantir as devidas articulações entre poder público e cidadãos e instituições dedicadas à arte e cultura, desde o domínio das práticas ao domínio das competências e qualificações.

O território nacional continua a caracterizar-se por enormes desigualdades no acesso aos bens culturais, existindo extensas áreas onde a oferta cultural é incipiente ou inexistente, particularmente no interior do país. O acesso à cultura é por isso um direito constitucional por garantir, pois o acesso a bens culturais é ainda deficitário. A cultura, como valor social, como fator potenciador de relações e comunidades, tem de ser um elemento distintivo e central na política cultural nacional.

O atual modelo cultural, que coloca em competição os agentes culturais por um financiamento estruturalmente abaixo do limiar necessário a um verdadeiro e equilibrado desenvolvimento, tem reduzido a comunidade artística a um posicionamento clientelar. O financiamento público tem privilegiado a criação, o que é fundamental, mas não tem sido suficiente para robustecer o setor com outras qualificações e competências a desenvolver nas organizações e que são fundamentais para um setor profissional, dinâmico e sustentável. Um dos processos fundamentais para uma reflexão concertada e profunda sobre a maior parte das questões mencionadas é a definição de um enquadramento legal para o estatuto, não apenas do artista, mas do profissional de cultura. É urgente que o processo legislativo em curso chegue a bom porto e seja definitivamente adotado a bem das especificidades laborais que caracterizam esta área, e que implicam quadros singulares a nível fiscal, da segurança social e assistência na doença.

COMPROMISSO

Como Presidente da República procurarei garantir o acesso à arte e cultura, como direito constitucional inalienável, para todos e todas. Serei uma voz ativa pelos profissionais da Cultura, para que tenham um estatuto laboral com a proteção social que merecem. Procurarei contribuir para que Portugal tenha uma estratégia de futuro, que promova internamente e externamente a nossa arte e cultura, estratégia que tem de ser adequadamente financiada. Promover a arte e cultura é defender e projetar a nossa identidade nacional.

18. PORTUGAL, PAÍS EUROPEU E GLOBAL

Como poderemos nós, em Portugal, combater esta pandemia e outros problemas verdadeiramente globais? Problemas que decorrem da **falta de regulação, da erosão da cooperação internacional e da falta de segurança humana a nível global?**

Uma coisa é certa: não o poderemos fazer sozinhos, nem nos podemos isolar dos nossos parceiros europeus e internacionais. Um mundo baseado em regras, no Direito Internacional e no respeito pelos Direitos Humanos, passa pela concertação multilateral na Organização das Nações Unidas e noutros quadros—concertação essa que nunca irá existir sem uma Europa unida, forte e pró-ativa. Portugal pode ser um dos melhores e mais influentes países do mundo, ajudando a construir uma Europa coesa, com capacidade de promover regulação e segurança a nível global. O potencial de adaptação dos portugueses, a sua capacidade de inovação e de descoberta de novos caminhos, não podem ser menosprezados: devem antes ser incentivados. Somos, e queremos continuar a ser, um povo de braços abertos para o mundo, para o exterior, para a diversidade que faz a riqueza da Humanidade. A nossa República deve defender o multilateralismo e a diplomacia contra o expansionismo militar e os nacionalismos. E, nesse sentido, investir na Europa da Defesa e da Segurança. Portugal deve reiterar os seus compromissos internacionais para com a segurança e a paz global, mas impor sempre a solução pacífica dos conflitos como exigência de base. A promoção do respeito pela democracia e pelos direitos fundamentais nunca se fará pelo uso da força.

Portugal deve ser inovador no desenvolvimento de um multilateralismo cultural, cívico e científico, em particular no quadro da lusofonia e da Comunidade de Países de Língua Portuguesa. A CPLP precisa de transcender a sua natureza de organização intergovernamental, que transige facilmente demais com violações de direitos humanos, de que a aceitação da Guiné Equatorial foi o exemplo mais aberrante mas infelizmente não o único, para ser entregue às populações, às comunidades artísticas e académicas e às sociedades civis de cada país lusófono, lá onde a criatividade, a convivialidade e o futuro da língua portuguesa são verdadeiramente acarinhadas.

Portugal deve também fomentar o multilateralismo comercial, através da União Europeia e junto da Organização Mundial do Comércio, reiterando o papel

fundamental do comércio global para a vida de milhares de milhões de pessoas. Um comércio global equitativo, com respeito pelos direitos dos trabalhadores e com respeito pelo meio ambiente e pelas populações, baseado no comércio justo, constitui um pilar fundamental da globalização sustentável. Esse é também um facto essencial para a manutenção da paz mundial. Portugal deve também ser líder na promoção da sustentabilidade do planeta e ter uma Presidente da República que coloque o Ambiente e a regulação digital como prioridades na agenda internacional. Mesmo em sede de relações bilaterais, a Presidente da República pode ter um papel determinante na defesa do Ambiente — basta pensar no caso da central espanhola de Almaraz ou na desatualizada e pouco fiscalizada Convenção de Albufeira, que tem tido como consequência a fraca qualidade e quantidade de águas dos nossos rios partilhados com Espanha. Portugal deve também ser mais pró-ativo na despoluição dos mares e oceanos e fomentar uma estratégia de segurança marítima europeia e global. Tudo isto implicaria um país mais eficaz no controlo e promoção da sua própria zona de jurisdição marítima.

Em tudo isto, a ação da União Europeia é crucial no mundo interdependente e globalizado em que vivemos. A regulação europeia faz a diferença em muitas matérias onde nenhum país sozinho conseguiria ter força. Que papel pode ter uma Presidente da República na União Europeia? Como é que pode influenciar as decisões nas instituições europeias? Há um papel importante, que pode caber à Presidente da República, que é o de se articular com o Governo no sentido de tornar ainda mais influente a intervenção de Portugal, nomeadamente no Conselho Europeu, onde se sentam chefes de Estado e de governo dos vários estados-membros. Além disso, a Presidente da República deve também articular-se com a Presidente da Comissão Europeia, com as restantes comissárias e comissários, assim como com os seus congéneres europeus.

COMPROMISSO

De acordo com o nosso quadro constitucional, o lugar central em matéria de ação externa pertence ao Governo. Mas a Constituição atribui à Presidente no plano internacional as funções de representação da República, de garante da independência nacional e de comandante supremo das Forças Armadas. A política externa deve visar a proteção dos nossos interesses permanentes e a defesa dos valores plasmados na constituição, tanto na Europa como internacionalmente.

Portugal tem de ser proativo na regulação europeia e mundial face às rápidas transformações que decorrem das transições digitais e climáticas, e da evolução do próprio processo de globalização. A pandemia veio lembrar-nos que o que se passa em países longínquos tem graves reflexos e custos para o nosso país. As distâncias deixaram há muito de contar. Aos problemas globais só podemos dar respostas globais. Devemos participar na busca dessas soluções no contexto da Organização das Nações Unidas, da União Europeia e de outras organizações como a CPLP. Os desafios globais carecem de respostas multilaterais.

Somos uma nação europeia e atlântica com laços antigos em todos os continentes e cuja política externa merece largo consenso das forças políticas com representação parlamentar.

Como Presidente da República garantirei que Portugal se afirma como um defensor do multilateralismo, do projeto europeu e da cooperação global. Enquanto representante de Portugal no estrangeiro, tudo farei para que Portugal guie as políticas internacionais no sentido da paz e segurança com respeito pela solução pacífica dos conflitos. Nunca desistirei de que Portugal lute pela promoção do respeito pela democracia e pelos direitos humanos no contexto internacional. Assumirei também como desígnio nacional a promoção de uma globalização sustentável, com um comércio global equitativo, com respeito pelos direitos dos trabalhadores e com respeito pelo meio ambiente e pelas populações.

19. PORTUGAL, PAÍS CIDADÃO DO MUNDO

Portugal deve honrar a sua história de abertura ao mundo e a novas culturas através de uma valorização da sua diáspora. É essencial que o país não esqueça as suas comunidades lá fora e lhes garanta todos os direitos de participação cívica e política na escolha dos desígnios do país.

É fundamental repensarmos o atual sistema eleitoral e os obstáculos desproporcionais que a nossa diáspora enfrenta nos momentos de decisão política. Uma Presidente da República deve estimular o debate sério sobre a adoção de formas contemporâneas de voto, como o voto eletrónico ou o voto por correspondência, assim como sobre a reforma dos atuais círculos eleitorais no estrangeiro. Só dessa forma poderemos garantir que os portugueses fora do país possuem uma voz ativa.

Um país global deve ter uma porta aberta para o contacto com outras culturas e oportunidades e não punir aqueles que decidem prosseguir os seus destinos lá fora. Pelo contrário, uma República do século XXI, plural e multicultural, deve recompensar as experiências da diáspora e integrá-las na definição do futuro do país, criando condições para que essas comunidades retornem e partilhem os seus valiosos contributos com os residentes em solo nacional.

COMPROMISSO

Como Presidente da República, garantirei que a diáspora portuguesa tem uma voz ativa na definição das políticas nacionais. Estimularei o debate sobre a reforma eleitoral, discutindo novas formas de participação política da diáspora como o uso do voto eletrónico, por correspondência e a redefinição dos círculos eleitorais. Consultarei regularmente o Conselho das Comunidades Portuguesas, designadamente quando estiverem em causa decisões que tenham impacto na vida dos portugueses residentes no estrangeiro.

20. PORTUGAL, PAÍS DEMOCRÁTICO E DE ESTADO DE DIREITO

Portugal deve assumir um compromisso absoluto com o princípio democrático e com o Estado de Direito. Nem tudo pode ser alvo de discussão ou de compromisso numa democracia, sob pena de destruímos as regras que regem a nossa comunidade. Uma República do Século XXI — pluralista e democrática — deve defender o Estado de Direito como pilar fundamental da discussão política. Esta é uma linha vermelha inultrapassável. Não devemos entrar em relativismos que se servem da democracia para a exclusão e rejeição do próprio jogo democrático. Este é o sentido fundamental do Estado de Direito constitucional moderno: o da proteção das minorias contra uma vontade conjuntural maioritária e autoritária.

A figura de Presidente da República é eleita por sufrágio direto e universal precisamente para que lhe seja conferida uma legitimidade popular única que lhe permita fazer juízos políticos de defesa da democracia e do Estado de Direito. A Presidente da República, enquanto garante da Constituição, tem o dever de ser vigilante relativamente aos ataques à democracia, mesmo aqueles que venham de dentro do próprio campo democrático. É por isso que jura «defender, cumprir e fazer cumprir a Constituição».

Por isso, sendo eleita, solicitarei à PGR que seja rigorosa na vigilância e na adoção das medidas que se revelem necessárias e adequadas das atividades e das forças políticas que instiguem o racismo, a xenofobia e o ódio contra minorias, em violação dos artigos 10 no 2 e 46 no. 4 da CRP, assim como o Tratado da União Europeia, várias convenções do Conselho da Europa, e legislação internacional. À Presidente da República não lhe cabe ilegalizar partidos políticos e deve respeitar o que decidirem os tribunais. Mas não pode abdicar de os chamar a decidir, estando em causa a democracia e a segurança coletiva.

O nosso compromisso com o Estado de Direito e com a Democracia deve centrar-se também na construção de uma sociedade política ativa e cívica. Portugal deve investir na literacia política como forma de aproximação do eleitorado a quem os representa. Aos decisores políticos caberá fazer o seu papel, de compreensão das legítimas frustrações do seu eleitorado, com um ouvido atento para os problemas locais. A Presidente da República tem de servir dessa forma a comunidade política, servindo de ponte entre os representados e os representantes, estimulando o diálogo e a troca de ideias, desde que assentes no acordo social em torno da democracia e do Estado de Direito.

COMPROMISSO

Como Presidente da República defenderei com todas as forças o princípio da Democracia e do Estado de Direito. Jurarei defender a Constituição de qualquer ataque anti-democrático e usarei os poderes de que disponho para garantir o escrutínio de todas as forças políticas que coloquem em causa o Estado de Direito, a nossa pertença à União Europeia e os direitos fundamentais. Promoverei o diálogo e a aproximação do eleitorado aos representantes políticos, procurando que todas e todos se sintam ouvidos no jogo democrático.

21. PORTUGAL, PAÍS QUE ESCOLHE O SEU FUTURO

E que Portugal teremos no final desta década?

Ansiamos por um Portugal muito melhor. Temos todas as condições para ser um dos melhores países do mundo. Um Portugal democrático, um Portugal onde a justiça funcione, um Portugal com capacidade de influenciar a nível europeu e global. Queremos um Portugal que passe com distinção nos três testes e que seja uma

república do século XXI, onde ninguém tenha medo de olhar outra pessoa nos olhos, onde ninguém sinta a sua voz silenciada e onde funcionemos como uma grande comunidade que protege os seus vulneráveis. Mas para construirmos esse Portugal não basta a minha visão. Temos de ter a visão e a voz de todas e de todos. Precisamos, em conjunto e com estilos diferentes, de tornar Portugal um país mais exigente com o seu futuro.

Precisamos de um grande debate nacional para este século.

Devemos a nossa democracia a todo o tipo de pessoas; não só políticos e capitães de abril, mas todos aqueles que saíram à rua para exigir o fim da polícia política. Líderes de partidos, membros de governos e presidentes da república, mas também todos aqueles cidadãos e cidadãs comuns que abraçaram com entusiasmo a causa democrática. Uma democracia nunca é obra só de alguns, tem de ser obra de todos. A nossa democracia foi construída, e é ainda construída todos os dias, por quem acredita num projeto para o país. Esse projeto era resumido em 1974 pelos «três Ds», de Democratizar, Desenvolver e Descolonizar. Cada um destes objetivos era interpretado de maneira diferente por cada um de nós, dependendo do seu partido, das suas experiências de vida, dos seus sonhos e anseios — mas o desejo comum para o país que estava por detrás deles era o mesmo. Em boa medida, essa convergência de propósitos, numa sociedade pluralista, é o que ajuda a explicar o empenho e dinamismo com que se construiu a nova Constituição, se fez o Serviço Nacional de Saúde, se universalizou o ensino, se conquistaram direitos laborais, se aderiu à Europa e se modernizou a economia. Uma sociedade saber o que quer para si mesma faz a diferença. Os países que conseguem superar os seus desafios de desenvolvimento são países que conseguem decidir em conjunto a sua estratégia. Infelizmente, Portugal está há demasiado tempo sem estratégia. Há quanto tempo não se discute entre nós o modelo de desenvolvimento futuro para Portugal? Pode um país avançar sem que a sua sociedade tenha clara uma ideia de projeto nacional? Para mais perante os desafios que persistem, como a crise climática? Precisamos de saber que Portugal queremos para o século XXI. E essa é uma tarefa que nos cabe a todos. Durante o próximo mandato presidencial cumpriremos juntos dois marcos históricos para a nossa República. Em primeiro lugar, os 48 anos do 25 de Abril de 1974,

marcando o momento em que teremos tido mais tempo de democracia do que de ditadura, e depois os 50 anos do mesmo «dia inicial inteiro e limpo», como chamou Sophia de Mello Breyner à Revolução dos Cravos. Entre uma data e outra, teremos uma oportunidade para fazer um Grande Debate Nacional sobre o presente e o futuro do nosso país. Esse Grande Debate Nacional, com que esta candidatura se compromete, era já uma necessidade antes da crise pandémica. Agora, no atual contexto e após as grandes consequências sociais e económicas que ela nos trará, é um debate urgente.

Não compete a uma Presidente da República impor um plano para o país. Mas é sim sua responsabilidade dar ao país a oportunidade para debater o que quer para si mesmo. É assim que o Grande Debate Nacional que propomos se construirá, de forma a poder mobilizar a vontade e as convicções de todos, num grande momento de reflexão e partilha de ideias e soluções para o país, num exercício coletivo que envolva as escolas e os órgãos de soberania, as autarquias e as regiões, as universidades e as empresas, os partidos e o povo, o interior e o litoral, as pequenas localidades e as áreas metropolitanas, os portugueses cá dentro e lá fora, os residentes estrangeiros em Portugal e todos aqueles que amam este país. Esse Grande Debate Nacional será uma marca central do próximo mandato presidencial e ajudará Portugal a encontrar os seus rumos de futuro. Portugal tem todo o potencial para ser uma sociedade altamente desenvolvida, próspera e inclusiva. Um país que deixe a sua marca no mundo em nome de valores de solidariedade, paz e direitos humanos. Um estado de direito democrático, com excelentes serviços públicos e uma rede de proteção social que combata as desigualdades e as exclusões e erradique fenómenos de pobreza e exclusão. E ainda uma economia dinâmica e de alto valor acrescentado, que dê a todos oportunidades de segurança e realização. Portugal pode não só sair desta crise como tornar-se um bom exemplo na Europa e no mundo de como é possível olhar com confiança para o futuro.

Tudo isso depende apenas de nós. Da nossa exigência, do nosso empenho, da nossa entreaajuda. Porque aquilo que Portugal puder ser depende do que cada um de nós estiver disposto a dar. Cabe-nos ser inconformados, não baixarmos os braços e não aceitarmos a falta de ambição para com o país. Porque Portugal é comigo, é contigo, é consigo: é com cada um de nós.

Portugal é conosco.